

As cidades em ritmo de festa: a ressignificação do 1º de Maio na imprensa interdita do Estado Novo (1937-1945)

VANDRÉ APARECIDO TEOTÔNIO DA SILVA¹

1. Jornais em cena: apropriação dos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *A Manhã*

O presente texto tem como objetivo averiguar o estabelecimento de relações entre o Estado Novo e parte da Imprensa escrita carioca e paulista (1939-1945). Nosso recorte documental se restringe à análise e problematização da produção noticiosa diária dos jornais *O Estado de S. Paulo* (São Paulo) e *A Manhã* (Rio de Janeiro). Esses jornais, cada qual possuindo trajetórias ímpares e que, após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em Dezembro de 1939, sofreram processos intervencionistas por parte do Estado Novo e colocaram em prática um projeto de comunicação social oficial o qual buscou legitimar o papel do Estado como árbitro da sociabilidade. Com o auxílio de jornalistas, intelectuais, escritores e entidades representativas da classe jornalística, o regime elaborou novos sentidos com o intuito de constituir um grupo de veículos de comunicação em massa que veiculasse os projetos ideológicos do Governo Federal.

Durante o período, a imprensa é caracterizada pela historiografia como refém de um Estado algoz que procura silenciá-la, seja por meio da censura propriamente dita ou via concessão de favores fiscais e políticos, objetivando assim, legitimar uma “verdade oficial”, conforme apontamentos realizados por Silvana Goulart (1990). Nesse sentido, é pertinente ressaltar que o processo de intervenção oficial foi conduzido por interesses que foram delineados por ambos os lados da relação comunicacional: o Estado, procurando arregimentar o ramo com o objetivo de veicular seu projeto de comunicação social; e a Imprensa que, embora controlada pelo regime ditatorial, buscou se aproximar do Governo Federal para sobreviver ao ambiente de restrições à liberdade de expressão com a interferência cada vez mais efetiva do regime na sociabilidade dos meios de comunicação em massa.

Diferentemente do que a própria historiografia da imprensa apontou², verifica-se que a imprensa, como um todo, estabeleceu com o governo ditatorial de Getúlio Vargas

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

um relacionamento situacionista: quando era conveniente apoiar as propostas comunicacionais e políticas do Estado Novo, as empresas jornalísticas procuraram louvar algumas ações do regime e, por outro lado, quando não lhe era interessante, essa mesma imprensa estabeleceu uma oposição ferrenha contra as ações governamentais. O que se pretende com tal assertiva é ampliar, sobretudo, as análises sobre o relacionamento dos homens de imprensa, particularmente, empresários, administradores e jornalistas, com o governo varguista, onde ambos os lados – Estado Novo e Imprensa – formataram o jogo político que se delineou com a passagem da imprensa de órgão autômato para instituição de caráter público, entendida pelo regime estadonovista como sinônimo de estatal (HABERMAS, 1986).

Entretanto, a própria memória da imprensa, permanentemente construída e reconstruída pelas empresas jornalísticas e seus representantes junto aos profissionais da História que a estudariam depois, procuraram, *a posteriori*, desvincular suas imagens, enquanto instituições autônomas, de sua proximidade com o Estado Novo. Assim sendo, mais do que um Estado apenas “algoz”, pintado com cores negras pela memória da imprensa brasileira e por parte da historiografia, o regime estadonovista arregimentou os “homens de imprensa”, alcunha utilizada pelo discurso oficial, objetivando ganhar a batalha comunicacional estabelecida com a instauração do Estado Novo em 1937.

Deste modo, procurar-se-á compreender os processos de intervenção oficial na imprensa paulista e carioca durante o Estado Novo, esta demarcando tanto relações amistosas quanto violentas. Amistosas devido à aproximação de determinados periódicos que, ressignificados tanto por meio da censura e da autocensura, buscaram manter seu status enquanto empresas jornalísticas e, não menos importante, violentas, caracterizadas pela intervenção oficial que irá culminar nos processos de intervenção de *O Estado de S. Paulo* e na retomada/criação de *A Manhã*, periódicos estes que, cada qual a seu modo, publicizaram em suas páginas o projeto de comunicação social do Estado Novo.

Nesse sentido, para uma melhor compreensão do papel desempenhado por esses jornais na construção discursiva e simbólica das comemorações do 1º de Maio, é

² Tanto Juarez Bahia (1990) quanto Nelson Werneck Sodré (1999) caracterizam a história da imprensa brasileira durante o período como incapaz de fugir das “amarras” desse Estado interventor. No entanto, verifica-se que o processo de intervenção nos periódicos, especialmente paulistas e cariocas, pautou-se por momentos de franca oposição ao regime, por parte dos periódicos, quanto de concessões realizadas pelo governo estadonovista. Tais posicionamentos situacionistas da própria imprensa, para não dizer oportunistas, configuraram-se em um jogo de forças entre o Estado e as empresas de comunicação.

pertinente revisitarmos como se deram os processos de intervenção nos matutinos *O Estado de S. Paulo* e *A Manhã*.

No caso do periódico paulista, a intervenção oficial do Estado se deu de modo violento: a intervenção plena no *O Estado de S. Paulo* ocorreu em 1940, quando ao final da tarde do dia 25 de março daquele ano, os funcionários do periódico foram surpreendidos por um grupo de policiais da Força Pública de São Paulo que invadiram a redação na Rua da Boa Vista, centro da capital, vasculhando os escritórios do “Estadão” em busca de algo suspeito³. Empregados e diretores foram detidos sem acusação aparente, mas no dia seguinte, o jornal foi restituído aos seus proprietários. Um dia depois, em ação conjunta e ordenada pelo interventor Ademar de Barros – que exigia “uma busca minuciosa” –, os policiais da Força Pública e tropas do Exército da II Região Militar invadiram novamente a redação e as oficinas gráficas da Rua 25 de Março. Após algumas horas de busca nos prédios, dois soldados deram o flagrante da operação: duas metralhadoras novas, enroladas em jornais da véspera, estavam escondidas no forro da redação (BAHIA, 1990, p. 310).

Após ficar menos de duas semanas sob forte esquema de vigilância policial, o jornal ressurgiu no dia 7 de Abril com a habitual distribuição de informações e colunas, todavia, alterando-se sua direção e, sobretudo, sua linha editorial e posicionamento diante o regime estadonovista. As mudanças estruturais e editoriais colocadas em prática no início da nova direção foram sutis, contudo, a transformação por completo do jornal em órgão de difusão da ideologia do Estado Novo foi aos poucos tomando conta de suas páginas.

Por outro lado, o carioca *A Manhã* teve uma outra trajetória. Ao ser retomado pelo Governo Federal em Agosto 1941, o jornal já havia passado por diversas fases: criado em Dezembro de 1925 por Mário Rodrigues, *A Manhã* sofre uma guinada em seu posicionamento político ao apoiar Getúlio Vargas em 1929. Contudo, em Dezembro de 1929, o matutino deixa de ser publicado para retornar apenas em Maio de 1935, quando o mesmo passou a publicizar um discurso de defesa dos trabalhadores de modo mais contundente, chegando a se autodenominar como “o jornal das campanhas populares, órgão que se baterá diariamente pelas reivindicações da população e que defenderá com

³ Era recorrente a realização de buscas da polícia estadual nas instalações d’*OESP*. Segundo Dulles (1984), Julio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, mesmo em exílio, eram alvos de batidas policiais em suas residências com o objetivo de encontrar provas da participação de membros d’*OESP* em uma possível “conspiração” contra o Estado Novo. Após a intervenção, Plínio Barreto e Leo Vaz são demitidos; Alguns escritores, como Mario de Andrade, em sinal de protesto se recusam a continuar a colaborar no jornal, enquanto Armando de Sales Oliveira era processado pelo TSN mesmo estando fora do país (pp. 136-137).

desassombro todas as suas causas”. Nesse sentido, a autodefinição do jornal como “popular” demonstra a grande guinada dada pelo periódico em seu ressurgimento em 1941 (*A Manhã*, 1 mai. 1935, p. 1).

Ressignificado pelo regime, *A Manhã* ressurgiu como um jornal voltado às questões intelectuais e preocupado com a divulgação e explanação do projeto político do Estado Novo, passando por transformações significativas no modo como apresentava as notícias e como constituía seu temário. Sob a chefia de Cassiano Ricardo – poeta modernista da “Semana de 22” - o jornal ressurgiu, segundo Gomes (1996), com uma “explícita intenção doutrinária” e uma proposta cultural bem definida (p. 27)⁴. Já para Nelson Werneck Sodré (1999), ao tratar do “aparecimento de jornais governistas”, citando inclusive o caso da intervenção policial no *O Estado de S. Paulo*, ressalta a preocupação do regime em reforçar sua propaganda política ao “criar” um jornal que atendesse a esse fim: em Sodré, o jornal *A Manhã* foi fruto da vontade de intelectuais ligados ao Estado Novo e que foram apoiados financeiramente e politicamente pelo regime (p. 384).

Possuindo trajetórias distintas, ambos os periódicos serviram como porta-vozes de um projeto de comunicação social o qual procurou autolegitimar o papel do Estado no trato social. Nesse processo de autolegitimação, esses periódicos passaram a publicizar, cada qual a seu modo, imagens, sentidos e informações que procuravam dar conta das manifestações populares organizadas pelo Governo Federal que, assumindo o caráter de festa cívica, passaram a criar visões oficiais sobre o 1º de Maio.

2. As manifestações do 1º de Maio nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *A Manhã*

O Estado Novo criou e se reapropriou de uma série de comemorações e eventos cívicos que tinham como objetivo autolegitimar seu papel social e sua condição de Estado interventor. Desde a vitória do movimento de 1930, o Governo Provisório buscou estabelecer como marco o processo revolucionário, anunciando uma separação

⁴ Em outra obra, Ângela de Castro Gomes (1994) aborda a utilização de *A Manhã* para a publicação dos discursos de Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 1942. Segundo a autora, os pronunciamentos do ministro, produzidos pelo DIP e irradiados primeiramente no programa *Hora do Brasil* na *Rádio Nacional*, eram publicados integralmente no dia seguinte, nas edições de sexta-feira de *A Manhã*, onde o “jornal oficial do Estado Novo” tinha como objetivo a fixação mais eficaz desses discursos pelos ouvintes/leitores (p. 211).

nítida entre o “novo” regime e o “antigo”. Tal processo de rememoração e comemoração foi, paulatinamente, sendo aperfeiçoado, tendo a instituição do Estado Novo, em 1937, ampliado o esforço propagandístico das mensagens oficiais e de seu projeto ideológico para o país. Nessas mensagens, a festa cívica - momento onde a exaltação e autolegitimação do regime atingiam seu ápice - assumiu um dos mecanismos de propaganda do regime, tratando de veicular uma gama de símbolos e códigos que se destinavam às massas a fim de despertar sentimentos valorizados por ele. Para Claudia Shemes (1995) a função da festa cívica nesse contexto é a de criar a possibilidade de uma “transmissão dos valores” onde a “manutenção da lembrança” é seu objetivo primeiro. Nas palavras da autora, a “[...] festa cívica reforça a imagem do poder, comemorando a morte do passado – o velho – e a instauração do novo – o futuro” (SHEMES, 1995, pp. 23-26).

Criando marcos e reforçando imagens, o Estado Novo viu a importância de se noticiar as comemorações oficiais nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *A Manhã* por meio de alguns elementos narrativos básicos: a divulgação do programa da festividade, com antecedência de cerca de cinco edições antes da data de realização do evento; a descrição pormenorizada da festividade, apelando-se, sobretudo, para fotografias onde a massa figurasse como protagonista do momento. Tais elementos sugerem uma preocupação do regime em perpetuar pelos diversos meios de comunicação o acontecimento⁵. O regime, ao imprimir novos marcos, datas e fatos (re)constrói a própria história da política brasileira – sem contar a história da própria imprensa. A utilização da Imprensa enquanto meio de comunicação social e de interação do Estado com a sociedade serviu ao propósito do Estado Novo: o regime incorporou signos antigos, criou novos signos e mesclou elementos simbólicos presentes na sociedade, utilizando-os a seu favor, tal como ocorreu com a apropriação de movimentos sociais caso do 1º de Maio.

As primeiras festividades estadonovistas do 1º de Maio iniciaram-se em 1938: em cerimônia fechada e com número reduzido de participantes no Palácio da Guanabara, passando no ano seguinte a serem realizadas para um grande público quando foram deslocadas para o Estádio de São Januário, do Vasco da Gama. Como nos

⁵ Segundo Maria Helena Capelato (2009), o uso de fotografias caracterizou a propaganda estadonovista revelando “uma preferência por uma representação mais objetiva da realidade, que talvez possa ser explicada como um traço da cultura política brasileira, fortemente marcada pelo positivismo”, como também, a “ênfase que o Estado Novo atribuiu às realizações materiais, meta primeira do governo para concretização do progresso (CAPELATO, 2009, p. 55).

apontou Ângela de Castro Gomes (1994), o 1º de Maio caracterizou-se por ser “[...] uma data que passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presente da festa” (GOMES, 1994, p. 217).

O 1º de Maio representava, para a cultura política estadonovista, a data que marcava o encontro do líder com as massas. Igualmente, era o momento reservado para o governo prestar contas à população de suas ações, cabendo ao povo, na visão estadonovista, legitimá-las ao comparecer em peso às festividades oficiais. Tal como as demais comemorações, “a festa do trabalho transmitia a ideia de harmonia e pacificidade do povo”, evidenciando que as bases de sustentação do regime estavam asseguradas. Entretanto, reapropriado pelo regime – ao invés de um dia de reflexões sobre as conquistas obtidas pelas lutas operárias –, o 1º de Maio se transformou em festa, resignificado e identificado como um momento de agradecimento ao regime pelos benefícios doados pela legislação trabalhista (SHEMES, 1995, p. 44)⁶.

Os preparativos para as comemorações do “Dia do Trabalho” em 1940 foram publicados no *O Estado de S. Paulo* logo após a intervenção no jornal. Em março desse ano, o periódico publicou uma portaria do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, conclamando os trabalhadores, junto com suas famílias, a comparecerem na “grande manifestação trabalhista” que seria realizada. Para Falcão, as comemorações daquele ano deveriam ser a “[...] demonstração do regozijo da família operária pelo êxito progressivo da política social do Estado Novo e como testemunho de gratidão dos lares operários para com o chefe do governo nacional” (*OESP*, 14 abr. 1940, p. 2).

O 1º de Maio daquele ano seria diferente, já que junto às comemorações, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio anunciaria a criação do “salário mínimo”, elemento basilar da política trabalhista do Estado Novo (*OESP*, 28 fev. 1940, p. 2)⁷. Os preparativos e as reuniões no Ministério do Trabalho eram noticiados pelo jornal que atribuía grande ênfase à característica principal da festa, a “espontaneidade” da participação popular: “É uma festa legitimamente popular, no seu sentido, pois nasce dos mais puros sentimentos de gratidão dos trabalhadores brasileiros, ao seu guia, patrono e seu conductor (Vargas)” (*OESP*, 29 abr. 1940, p. 2).

⁶ A resignificação do 1º de Maio não se limitou ao Estado Novo, passando, por sua vez, a ser apropriada e transformada em festa em períodos posteriores. Nesse sentido, é possível apontar continuidades no dito “período democrático” (1946-1964), no período ditatorial (1964-1984) e no período da redemocratização (1985-hoje).

⁷ É importante salientar que o salário mínimo era destinado aos trabalhadores urbanos, excluindo dessa legislação os trabalhadores do campo.

No Brasil o 1º de Maio possuía significações distintas de outros países, já que as reivindicações trabalhistas assumiram aqui “um sentido diferente”, pois com a ação providencial de Vargas que canalizara os reclamos dos trabalhadores, transformando-os em leis que os beneficiassem. Deu-se grande enfoque de que aquela data representava à consolidação de uma política trabalhista iniciada em 1930 e que se efetivaria plenamente com a instituição do salário mínimo, onde para “os trabalhadores de todo mundo” era apenas uma “aspiração”, “o proletário brasileiro o terá amanhã”. No entanto, as notícias das comemorações após a festividade não foram publicadas, evidenciando, por um lado, que ainda eram incipientes as preocupações em destacar no periódico recém interdito as repercussões da festividade.

As comemorações do 1º de Maio de 1941 não foram diferentes para Vargas do que as do ano anterior: novamente em viagem, só que desta vez a São Lourenço, Minas Gerais, o chefe do Estado Novo desembarcou no Aeroporto Santos Dumont no mesmo dia do evento. Em seguida, Getúlio inaugurou com o batimento de estacas na Praça 11 de Julho, centro do Rio de Janeiro, o “Monumento dos Trabalhadores Nacionais ao Presidente Getúlio Vargas”. O fechamento da programação oficial ocorreu novamente no Estádio do Vasco da Gama, onde Vargas se dirigiu para discursar e “instalar” a “Justiça do Trabalho” ao lado de Waldemar Falcão (*OESP*, 29 abr. 1941, p. 6)⁸. Na edição do dia seguinte, novamente, foi publicado o programa das festividades oficiais, assemelhando-se em muito com o texto da notícia anterior (*OESP*, 30 abr. 1941, p. 2)⁹. Após as comemorações, uma entrevista com o ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, anunciava os beneméritos doados pelo governo com a instituição dos tribunais trabalhistas, órgãos máximos de mediação dos conflitos entre empregados e empregadores que segundo Falcão, iria efetivar as promessas realizadas por Getúlio Vargas desde a “plataforma de candidato, lida na esplanada do Castelo” em 1930 (*OESP*, 1 mai. 1940, p. 1).

Ao apropriar-se do 1º de Maio, o Estado Novo buscou identificar a data como o símbolo do fim dos conflitos sociais, escolhendo o dia para promulgar leis de amparo ao

⁸ Em fevereiro de 1940, antes mesmo da intervenção no *O Estado de S. Paulo*, uma pequena nota, anunciando a possível assinatura de Vargas do decreto-lei que institui o salário mínimo anunciava para o 1º de Maio daquele ano a possibilidade do presidente também criar a Justiça do Trabalho. No entanto, os tribunais trabalhistas só foram instalados em 1941 (*OESP*, 28 fev. 1940, p. 2).

⁹ A descrição do periódico paulista sobre o evento assemelhava-se das demais festividades oficiais, sempre destacando uma verdadeira “apoteose popular”: “[...] Todo o estádio, empunhando bandeirinhas nacionais, aclama o Presidente da República, aos serem ditas suas últimas palavras. O Chefe do Governo recebe os cumprimentos e durante muito tempo não pode se retirar porque o povo redobrava nos seus aplausos quase delirantes” (*OESP*, 3 mai. 1941, p. 2).

trabalhador, mas esforçando-se em legitimar suas ações por meio do apoio popular divulgado pela imprensa. A participação massiva, entretanto, não foi tão “espontânea” quanto se publicava no jornal, havendo casos em que os trabalhadores eram obrigados a entregar suas carteiras de trabalho antes da festividade para, depois, recebê-las carimbadas com visto de comparecimento, senha obrigatória para sua entrada no trabalho no dia seguinte¹⁰. Deste modo, podemos caracterizar isso como espontaneidade planejada e imposta, à maneira da opinião pública “manipulada” proposta por Habermas (1986).

Segundo Paranhos (1999), a impossibilidade da extinção das lutas de classes levou o Estado Novo a transformar os conflitos em um recurso poderoso para auxiliar as estratégias de dominação que buscavam a “subordinação política das classes trabalhadoras em nome da colaboração de classes”. Daí, a intensificação da promulgação das leis trabalhistas ocorridas durante o período fazer parte integrante de uma proposta de cunho corporativista, onde a ideologia do trabalhismo se “apropriaria dos discursos dos trabalhadores e, essa fala roubada, reformulada, retornava a eles como mito, tendo como componente básico a ‘doação’ da legislação social” (PARANHOS, 1999, p. 35).

A perspectiva da doação foi modificada entre os anos de 1942-1945, já que os conflitos da Segunda Guerra Mundial transformaram o panorama interno e externo do país, levando as comemorações do 1º de Maio a assumirem outros signos até então não trabalhados pelo regime. Se nos anos de 1940 e 1941 as comemorações eram centradas na comunhão do povo com o seu líder, legitimadas com a inauguração de uma nova legislação de amparo aos trabalhadores, nos anos seguintes, procurou-se consolidar a política trabalhista do Estado Novo por meio de novos aportes de sustentação ideológica baseados no fortalecimento do “mito da doação da legislação trabalhista”, no elogio dispensado ao “Estado Autoritário” e na “fundação do paraíso da concórdia e da conciliação de classes” (PARANHOS, 1999, p. 141).

Seguindo protocolos de apresentação da informação semelhantes a *O Estado de S. Paulo*, as notícias que faziam referência às comemorações do 1º de Maio em A

¹⁰ Alcir Lenharo, citando Affonso Henriques, coloca em questão a participação operária “espontânea” em eventos oficiais do Estado Novo. Segundo Henriques, outras formas de coesão aos trabalhadores coexistiam, como por exemplo, as pressões que funcionários públicos sofriam pelos chefes de repartição para comparecerem aos eventos oficiais. (LENHARO, 1986, p. 34). Essa questão é importante já que verificamos tanto no *O Estado de S. Paulo* quanto em *A Manhã* a publicação de portarias de Waldemar Falcão, e posteriormente Alexandre Marcondes Filho, que solicitavam aos sindicatos o comparecimento em “massa” dos trabalhadores (*OESP*, 26 abr. 1940, p. 2).

Manhã possuíam elementos em comum ao seu vizinho paulista: não se contendo a descrição e apresentação da festividade, o último jornal a ser montado pelo regime tinha a preocupação de abranger as festividades do 1º de Maio em todo o território nacional. Logo após o periódico ressurgir em Agosto de 1941, os novos dirigentes criam a coluna “Trabalho e Assistência Social”, localizada na sexta página, contendo notícias e artigos sobre o mundo do trabalho, medicina do trabalho e educação do trabalhador. A coluna também traz entrevistas com figuras chaves do governo, bem como uma seção especial para publicação de um “comentário” sobre aspectos da legislação trabalhista. A coluna era aberta com uma “Entrevista do Dia”, onde o entrevistado - personalidades do regime, de sindicatos ou trabalhadores – explanava algum tema sobre o mundo do trabalho por meio de perguntas e respostas¹¹.

O periódico, por outro lado, destinava espaço às manifestações do 1º de Maio com antecedência, publicando convocações de entidades de classe para participarem dos festejos: o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, por exemplo, publicou no matutino uma extensa nota convocando os jornalistas sindicalizados que, segundo o texto, realizam “uma das mais árduas, nobres e dedicadas funções de caráter público, tem o dever indeclinável de à Passagem do Dia do Trabalho, associar-se a todos os demais operários, construtores infatigáveis do progresso do Brasil”. Na mesma seção, uma outra nota, do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores da Indústria de Móveis de Madeira do Rio de Janeiro, convocava seus trabalhadores para o “pontual comparecimento às 13 horas do dia 1º de Maio” no Estádio do Vasco da Gama a fim de “tomarem parte da magestosa concentração trabalhista, que este ano assume proporções nunca vista”. O texto reforçava ainda a importância da festividade com uma intimação: “Companheiros, nenhum de nós devemos faltar a esta concentração, pois a mesma será a nossa afirmativa de perfeita coesão nesta data magna” (*A Manhã*, 30 abr. 1941, p. 6)¹².

Na edição às vésperas do 1º de Maio, o matutino dedica a sua capa para anunciar as “grandiosas manifestações da festa do trabalho” com uma foto de Getúlio Vargas, com seu típico paletó branco, chapéu Panamá e charuto na boca, cumprimentando

¹¹ Na mesma coluna continha uma seção intitulada “Justiça do Trabalho”, onde eram publicados resultados de processos trabalhistas e demais notas informativas sobre o órgão. Considerando o número de colunas e páginas de *A Manhã*, o tema trabalho é privilegiado pelos dirigentes do periódico.

¹² A amplitude dos avisos e comunicados referentes aos eventos a serem realizados no dia 1º de Maio eram tantos, que o jornal publica nota informando aos leitores uma “matinée” com filmes a preços módicos promovida pela Metro Goldwyn Mayer (MGM) e o Departamento Nacional do Trabalho (*A Manhã*, 30 abr. 1941, p. 6).

criança no colo do pai operário. Na mesma página, na coluna “Notícias de Todos os Estados”, o jornal destaca as manifestações trabalhistas nos Estados, elencando as que seriam realizadas em São Paulo (*A Manhã*, 1 mai. 1941, p. 1). Na quarta página, um artigo assinado por Azevedo Amaral dava o tom das comemorações daquele ano sob o título “O operário soldado”. Azevedo, teórico do regime, identificava em todo trabalhador um soldado, daí sugeria que a disciplina militar oriunda do Exército Brasileiro, deveria ser empregue nas fábricas. Para o autor do artigo, as funções do trabalhador iam além da reprodução da riqueza, cabendo-lhe, sobretudo, “defender essa riqueza, proteger o patrimônio do Brasil e assegurar como soldado a perpetuidade da Nação. Ao lado do artigo de Azevedo Amaral, na seção de comentários não assinados, um texto reforçava o caráter democrático do sistema de governo brasileiro: “somos uma democracia de trabalhadores” (*A Manhã*, 1 mai. 1941, p. 4).

O programa da festividade ganhava igualmente destaque em *A Manhã*: publicado na sexta página do matutino, a programação das festividades eram ressaltadas em quadro destacado das demais notícias contendo, sobretudo, horários e descrições dos eventos que iriam ocorrer naquele 1º de Maio. Ao lado deste, um extenso artigo sobre a relevância e os serviços prestados com a comemoração de um ano de instauração da Justiça do Trabalho tomava conta de quatro das oito colunas existentes no periódico (*A Manhã*, 1 mai. 1941, p. 6).

Por outro lado, como forma de demonstrar que entidades de classe e seus trabalhadores correspondiam à política trabalhista do Estado Novo, o matutino publicou duas grandes propagandas encomendadas: a primeira por diversas Caixas de Aposentadorias e Pensões (ferroviários, aeroaviários, dos serviços telefônicos etc.) homenageando Vargas tomava a oitava página da edição e era composta por quadros com frases dos presidentes das entidades congratulando o presidente pela legislação trabalhista com uma fotografia centralizada de Getúlio Vargas rodeado de crianças vestidas de branco; a segunda, seguindo o mesmo esquema organizativo da anterior, de sindicatos de profissionais de diversas categorias (panificação, indústria, marítimos etc.) que congratulavam não apenas o presidente pela legislação trabalhista ou pela instituição da Justiça do Trabalho, mas, especialmente, pela passagem de seu aniversário de nascimento ocorrido no dia 19 do mês de Abril. Um texto centralizado na página, assinado pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Luiz Augusto do Rego Monteiro, ressaltava que “em nenhum plano como na justiça social” revelam o caráter do “grande reformador”: “aí se manifestam as luzes da razão política, inspiradas

na ordem racional da sociedade e os dados da compreensão humana, só perceptíveis pelos que conferem ao homem o sentido de sua cristã dignidade” (A *Manhã*, 1 mai. 1941, p. 10)¹³.

Contudo, as repercussões das manifestações trabalhistas no 1º de Maio no país no ano de 1941 deram lugar ao acidente de automóvel sofrido por Vargas antes de sua aparição no Estádio de São Januário: uma fotografia do automóvel colidido em um poste de iluminação se destacava das notícias sobre as comemorações. As notícias procuravam ressaltar que “mesmo ferido”, Getúlio fazia questão de falar aos trabalhadores no evento máximo do Estado Novo. Em ritmo de festa, o grande protagonista da “festa do trabalho” não poderia deixar de estar presente, causando em sua chegada um frenesi das massas que o “aguardavam ansiosamente” (A *Manhã*, 2 mai. 1941, p. 6).

Ambos os jornais procuravam publicizar os acontecimentos referentes às comemorações do 1º de Maio: em São Paulo, centro financeiro do país, *O Estado de S. Paulo* focava tanto na figura de Vargas e nas festividades realizadas no Rio de Janeiro; no centro político do Estado Novo, Rio de Janeiro, *A Manhã* descrevia detalhadamente os eventos, como também procurava aprofundar questões referentes ao mundo do trabalho por meio de seus artigos assinados por personalidades do regime. Nesse sentido, cada qual procurou reforçar de modo particular o processo de construção de uma autoimagem positiva do Estado Novo perante os seus leitores.

3. Dois jornais e um projeto de comunicação social em comum

Embora os jornais *O Estado de S. Paulo* e *A Manhã* possuíssem trajetórias distintas e, especialmente, sofressem processos de intervenção igualmente diferentes, ambos foram colocados à disposição do regime estadonovista para que veiculassem mensagens, signos e ideias que corroborassem com o projeto de comunicação social do Estado Novo. Valendo-se de fotografias, amplo noticiário e extensos artigos assinados, os periódicos procuraram amplificar as repercussões das manifestações dos trabalhadores em eventos oficiais do regime. Identificados como massa, os

¹³ Na mesma edição, na coluna de esportes, o periódico deu destaque para a disputa do troféu “Getúlio Vargas”, a ser disputado por duas equipes (intituladas “Zona Sul” e “Zona Norte”) compostas por jogadores profissionais de diversos times cariocas. A notícia prometia que “o público operário desportivo viverá, hoje, momentos de excepcional regosijo” (A *Manhã*, 1 mai. 1941, p. 15).

trabalhadores ocupavam lugares determinados na encenação teatralizada do 1º de Maio, atuando como figurantes de uma comemoração onde esta foi ressignificada e apropriada pelo Governo Federal. As repercussões e desdobramentos dessas festividades eram estampadas nos jornais em análise de modo que seus leitores pudessem, indiretamente, fazerem parte dos festejos.

Ocupando espaços públicos e privados, as massas afluíam aos lugares onde esses eventos eram realizados, sobretudo no Estádio do Vasco da Gama, local onde a presença popular era entendida pelo regime como fator que legitimava sua ação no campo do trabalho. Para Lenharo, a máquina de propaganda colocada em funcionamento pelo regime insistia na veiculação de uma sociedade harmoniosa. Desse modo, “o poder apresenta a Nação como sua obra acabada”, atribuindo ao Estado o papel de protagonista e única voz autorizada a falar do trabalhador e para o trabalhador. Essa ideia, baseada na ideologia corporativista que regia o Estado Novo, dava à festa a concretização da reunião em um só lugar dos componentes desse “corpo” - as classes sociais (LENHARO, 1986, p. 35)¹⁴. Daí, as manifestações públicas terem como objetivos “atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem-estar político, dessa aceitação das diretrizes impostas sem possibilidade de contestação”. Criava-se, por sua vez, “um clima artificial de certeza de uma fraternidade nacional estável e duradoura”, não sobrando espaço para a contrainformação (LENHARO, 1986, p. 50). A sociedade pretendida pelo regime foi pensada como um estado permanente de paz, onde os conflitos que lhe eram inerentes foram neutralizados.

O 1º de Maio nas páginas dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *A Manhã* foi ressignificado pelo regime e transformado em festa, onde o ritmo das comemorações era ditado pelo mestre de cerimônias dos trabalhadores brasileiros: Getúlio Vargas.

¹⁴ Para Lenharo, a ordem corporativista proposta pelo Estado Novo se pautou na “substituição do negativo conceito de luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classes”, gerando, por sua vez, uma “despolitização” da sociedade, em particular a classe operária, que, segundo o autor, era “a menina dos olhos” do regime, já que sem o seu curso, “sem sua dominação”, dificultaria a estruturação das bases da nova sociedade que pretendia se construir (LENHARO, 1986, p. 22-23).

Referências Bibliográficas

- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Básica Universitária, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*. São Paulo: FAPESP, 2009.
- DULLES, John W. F. O. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Historia y critica de la opinion publica*. México: G Gili, 1986.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SHEMES, Cláudia. *Festas cívicas e esportivas no populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.